

TURISMO EM ÁREAS NATURAIS E SUA RELAÇÃO COM A COMUNIDADE LOCAL: UMA REFLEXÃO SOBRE O ECOPARQUE DE UNA-BA

Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega

Bacharel em turismo pela UFPA
Mestrando em cultura & turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC
Prof. de ecoturismo do Instituto de Ensino Superior da Amazônia - IESAM
wilkernobrega@yahoo.com.br

RESUMO

O objetivo principal deste trabalho foi investigar o processo de criação do ecoparque de Una situado no sul do Estado da Bahia, bem como verificar como se deu a relação entre a comunidade local e o Instituto que gerencia o Ecoparque. Para isso foram identificados o processo de participação entre o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB) e a comunidade da vila Jaqueiral, localizada no entorno do empreendimento, além de seus aspectos decisórios para concepção de tal, levando em consideração os princípios definidos pelo ecoturismo. A metodologia utilizada foi baseada em levantamentos bibliográficos referentes ao tema. Personagens importantes foram entrevistados no processo de criação do mesmo, como o IESB e quatro moradores da Vila Jaqueiral. Resultados positivos foram percebidos no processo administrativo, como incentivo à educação infantil; sensibilização ambiental e melhoria no escoamento da produção de produtos agrícolas.

Palavras-chave: Ecoturismo, Comunidade local, Parques ecológicos, “Una”.

TOURISM IN NATURAL AREAS AND ITS RELATIONSHIP WITH THE LOCAL COMMUNITY: A REFLECTION ON THE ECOPARK OF UNA-BA

ABSTRACT

The main goal of this study was to investigate the implementation process for the eco-park of UNA, located in the south of Bahia, as well as to verify how the relationship between the local community and the Institute which manages the Eco-park took place. Thereby, the participation process between the Institute for Social-Environmental Studies from the South of the Bahia (“IESB”) and the community of the “Jaqueiral” village, located in the outskirts of the enterprise, were identified. Also, the decision aspects for conceiving this enterprise were identified by taking into consideration the defined principles for the ecotourism. The methodology of this research was based on bibliographical studies on this subject. Characters who played an important role in the creation process of the enterprise were interviewed, such as the “IESB” and four inhabitants of the “Jaqueiral” Village. Positive results were observed in the administrative process, such as increasing interest for children education, environmental sensibility and improvement in the production flowing of agricultural products.

Key-Words: Ecotourism, Local Community, Ecological Parks, “Una”.

INTRODUÇÃO

Falar da problemática do turismo em áreas naturais protegidas não é uma tarefa fácil, principalmente quando se trata da inter-relação social entre vários agentes que atuam diretamente e indiretamente no processo de construção da atividade turística, seja em sua concepção de planejamento, seja na gestão de vários parques no território nacional.

As áreas naturais protegidas surgiram como estratégias de conservação¹ da natureza ainda no século XIX, embora tenham tomado maior proporção a partir da conferência de Estocolmo no ano de 1972 e ampliando sua discussão depois da Rio 92. Um dos grandes entraves encontrados na criação de parques nacionais foi justamente como encontrar o ponto de equilíbrio entre conservar o meio natural e permitir o convívio das populações tradicionais, que habitam o interior destas áreas. É importante entendermos que a conservação destas áreas se dá de forma parcial, principalmente porque, quando existe ação antrópica do *homo economicus*, em um determinado ambiente, conclui-se que este meio está sendo alterado, seja em sua depredação ambiental, seja pela construção material desse espaço, implicando na destruição destas áreas. Sobre os que vivem durante várias gerações, em áreas desta natureza, explorando os recursos naturais, inclusive para sua sobrevivência, vale ressaltar que os mesmos compõem o conjunto deste habitat, fazendo parte desse patrimônio ambiental e cultural.

Quanto ao posicionamento em relação à conservação deste meio, entendemos que um das alternativas do não comprometimento total destes espaços pode ser dado através do planejamento turístico. A resignificação destes espaços, ou seja, conceder outra utilidade para este ambiente, no caso, o uso para a atividade turística, pode possibilitar outra alternativa econômica tanto para a comunidade local, quanto para empresários que possuem áreas propícias para essa atividade, tornando acessível a diversas gerações grande parte deste patrimônio, através da conservação. Sobre essa perspectiva, Margarita Barreto afirma que:

A preservação acaba sendo uma proposta que leva, muitas vezes, à destruição gradativa do patrimônio por falta de condições financeiras para obras de restauro ou da simples manutenção, e a conservação é o que permite evitar a deterioração dos bens, ou seja, é que permite proteger o bem dos efeitos do tempo. A idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo. (BARRETO, 2003, p. 17).

Esse comentário retrata a diferenciação entre preservar e conservar. A necessidade de colocar em prática, políticas públicas em conjunto com interesses da iniciativa privada, são alternativas possíveis de se utilizar o patrimônio ambiental e cultural por longos anos. Não obstante, fatos como esse, colocados em voga, foram aplicadas a partir da pressão da sociedade com um todo, principalmente através dos segmentos organizados, atuando em diversos setores, onde o poder público já não se fazia competente, ou sem interesse para gerenciá-lo.

Nesse contexto, os movimentos ecológicos tiveram papel fundamental para garantia destes direitos adquiridos não por ordem judicial, e sim por seu caráter humano e social. Segundo Diegues (1997), essa nova modalidade de movimento ambientalista surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais, ampliando o direito aos povos locais, que nela vivem.

Este trabalho tem como objetivo principal investigar a razão de criação do ecoparque de Una, situado no município homônimo, no Sudeste do Estado da Bahia, bem como verificar a relação entre a comunidade local e o Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia (IESB). Os objetivos secundários centram-se no processo de manejo das famílias que viviam no interior ou no

¹ Neste artigo deve-se considerar a definição de conservação como o ato de manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural, para maiores detalhes ver Barreto (2003) em sua obra *Turismo e Legado Cultural*.

entorno do parque, além do monitoramento feito comprometido com a sustentabilidade da comunidade local.

Faz-se necessário também compreender a dinâmica do processo de manejo da população que residia na área do entorno. A metodologia utilizada foi baseada em levantamentos bibliográficos referentes ao tema. Entrevistamos personagens importantes no processo de criação do mesmo como a organização não-governamental, o IESB, responsável pela criação e gerenciamento, além de quatro moradores da vila Jaqueiral, localidade que faz limite com a área do ecoparque.

O ECOPARQUE E SUA CONCEPÇÃO INICIAL

Como já foi apresentado, tivemos como laboratório de pesquisa o Ecoparque de Una, contígua à Reserva Biológica, localiza-se no município de Una, Sudeste do Estado da Bahia, a 45 km ao Sul de Ilhéus.

A discussão gerada em áreas com fins comerciais, através da atividade turística, é recente no território brasileiro, embora, com grande força entre os interessados. A crise financeira e fiscal que assolou a economia brasileira na década de 1980, a chamada “década perdida”, acabou despertando interesse entre os poderes público e privado, com fins de desenvolver a economia brasileira que, naquele momento, passava por expressiva recessão econômica. Esse cenário favoreceu o desenvolvimento de uma atividade que hoje se encontra como uma das grandes possibilidades de inclusão social e econômica das classes mais abastadas, o chamado turismo. Segundo Moesch, (2002):

Turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, cuja composição interam-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade / subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico. (MOESCH, 2002, P. 9)

Hoje, por pressões dos mais diversos segmentos da sociedade civil organizada, percebemos um cuidado maior na concepção destes empreendimentos, ainda de forma tímida, mas com alguns avanços. Sobre uma maior participação da sociedade em decisões políticas que implicam em uma intervenção direta na qualidade de vida da população, podemos citar algumas, como ações nos municípios de Boa Esperança (SP), Lages (SC) e Piracicaba (SP), estes durante o regime militar, com resultados pouco expressivos; e nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre com melhores resultados.

Depois da aprovação da constituição de 1988 algumas cidades começaram a utilizar o chamado orçamento participativo - OP, segundo Somarriba e Dulci (1997) (apud. Figueiredo, 1998). Estas ações são importantes uma vez que tratam diretamente da qualidade de vida da população local e conseqüentemente beneficia os turistas no que tange à questão infra-estrutural em equipamentos que dão suporte ao desenvolvimento do turismo.

São inegáveis os resultados financeiros decorrentes do turismo, justificando a inclusão da atividade na programação política econômica de órgãos governamentais e não governamentais em diversos países, aliando-se a uma problemática bem peculiar dos tempos da pós-modernidade. Em seguida apresentaremos alguns aspectos particulares do ecoparque, não apenas características físicas (patrimônio natural e construído pelo homem) do espaço, sobretudo as formas de organizações encontradas pelo IESB, instituição que gerencia este estabelecimento.

O ECOPARQUE DE UNA COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO ECOTURÍSTICO

Vale ressaltar que o IESB não trabalhou de forma isolada para a concretização do ecoparque, foram necessárias algumas parcerias em busca de alternativas que compatibilizassem desenvolvimento sócio-econômico com conservação ambiental. Para isso foi realizada uma pesquisa sobre o potencial de mercado do ecoturismo na região, realizada em 1994, onde como resultado, foi apresentado um grande apelo por atividades de lazer ao ar livre, que envolviam caminhadas em trilhas e visitas a parques naturais. Dessa maneira, foi consolidada a concepção do parque tendo como mote a prática do ecoturismo.

Hoje, tanto na academia quanto no domínio público, há algumas contradições sobre a definição da terminologia desta atividade. Beni (2002) faz uma diferenciação sobre turismo ecológico e ecoturismo, ambos remetem ao deslocamento de pessoas para espaços naturais com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo de fruição da natureza e contemplação da fauna e flora e de todos os aspectos cênicos que compõem a paisagem. A diferença apontada pelo autor é que no ecoturismo sempre há uma utilização controlada dos recursos naturais e culturais, tendo como instrumentos o estudo de capacidade de carga, plano de manejo, entre outros, já no turismo ecológico há uma grande flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e de limites à utilização do espaço visitado.

Discussões a parte, vale ressaltar que a intenção de diferenciar ecoturismo e turismo ecológico vem provocando uma série de desentendimentos entre pesquisadores, todo esforço gerado em procurar defini-los acaba sendo desnecessário, pois ambos partem do mesmo princípio. Prova disso, é o grande número de terminologias que surgiram durante as décadas de 1970 e 1980 do século passado, para citar: turismo brando; turismo suave; turismo responsável; turismo verde; são alguns dos exemplos de novas tipologias do segmento que expressam uma nova preocupação com a questão ambiental, social, e cultural que era negligenciada em relação ao foco meramente econômico. Ceballos-Lascuráin responsável pela criação do termo ecoturismo, em entrevista a Paulo Pires, explica que o termo constituiu-se numa forma telegráfica de expressar conjuntamente a idéia de turismo associada com a de ecologia (PIRES, 2002, p. 76). Então, percebe-se que o termo ecoturismo foi disseminado pelo meio acadêmico e mercadológico como forma simples e direta de associar uma atividade econômica (turismo), com a preocupação de conservar os recursos naturais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente do Brasil – MMA, o ecoturismo é:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (MICT/ MMA, 1994, p.20).

O principal objetivo do Ecoparque de Una é servir como um empreendimento demonstrativo da potencialidade do ecoturismo como uma atividade econômica alternativa, compatível e dependente da conservação dos recursos naturais do Sul da Bahia, oferecendo também aos visitantes a oportunidade de contato direto com o meio ambiente, de forma interativa e dinâmica, proporcionando um aprendizado agradável sobre a necessidade de conservação dos recursos naturais e culturais visitados.

Segundo o senhor José Landoaldo da Silva em entrevista concedida para esta pesquisa, o turismo:

Traz uma melhora para gente aqui, pra Ilhéus, Una, o pessoal do hotel chique próximo daqui, visita o ecoparque, eu acho que é uma coisa boa. Cada vez mais a gente tem que tratar bem é o turista, onde se gasta na região e aonde corre o dinheiro a gente melhora. Depois da estrada veio a água encanada, uma água de qualidade.

Criado em 1997, embora somente no ano de 1998 tenha sido aberto ao público em geral. O ecoparque de Una como é conhecido no nível nacional, por muitos pesquisadores e turistas, até o

presente momento¹ já recebeu 14.500 visitantes e está situado em uma Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN, em uma área de 383 hectares. São encontradas nesta localidade diversas espécies nativas da Mata Atlântica como o paraju (*Manilkara uberi*) e a braúna (*Melanoxylon brauna*), além de árvores centenárias. Essas árvores servem de suporte para uma passarela² suspensa em média de 15 a 21 metros de altura totalizando 100 metros de extensão em um formato de 90º graus. Nele existe uma trilha interpretativa de 2 Km pelo seu interior em que o visitante pode contemplar a fauna e flora nativa, além de acompanhar o processo de extração do látex da seringueira, esta realizada pelo Sr. Damião, residente na vila há 28 anos.

A manutenção do parque é gerada através de ingressos próprios, os mesmos cobrem em parte os custos operacionais, no entanto, os patrocínios e apoios recebidos ainda são fundamentais para a continuidade e expansão do projeto, para realização de práticas de atividades como de educação ambiental, por exemplo. Parcerias desta natureza são essenciais para a concretização de projetos de ecoturismo, onde, através de um sistema intersetorial, pode-se alcançar seus objetivos, envolvendo a participação efetiva dos diversos atores envolvidos: o poder público, a iniciativa privada, a comunidade local e ong's, todas elas com um importante papel a desempenhar, Ceballos-Lascuráin (2001).

A prática da política de parcerias ainda é muito incipiente no Brasil, para não dizer difícil. A grande maioria delas são consolidadas com empresas estrangeiras que arrecadam fundos financeiros provenientes de uma política específica nacional ou através de fundos perdidos.

Sobre a proteção de recursos naturais, não devemos entender como única alternativa para a concretização da mesma a comercialização dessas áreas através da atividade turística, embora essa seja uma forma de se manterem os gastos operacionais. Precisamos entender também que, para a conservação dos recursos naturais, não se deve apenas trabalhar com áreas protegidas por lei, por exemplo, área de proteção ambiental – APA, floresta nacional – FLONA, unidade de conservação – UC, RPPN's entre outras, diversas outras regiões também comportam diversas áreas com grande diversidade natural e cultural. Não cabe, neste momento, discutirmos os diversos tipos de áreas protegidas por lei e, sim, sua legitimidade perante a utilização destas áreas. Ceballos-Lascuráin a respeito, afirma que:

É importante enfatizar que turismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, uma vez que estas poderiam acabar sofrendo muita pressão. Promover o ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximos por iniciativa própria, e não devido a pressões externas. Ceballos-Lascuráin (2001, p.27).

A seguir apresentaremos como se dá a relação entre a comunidade de Jaqueiral e o IESB, os benefícios gerados para a população local após implantação do ecoparque.

A RELAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL E O IESB

Para que a prática do ecoturismo possa atingir resultados expressivos, devem ser levados em consideração o planejamento responsável como apontado por Beni (2002) no item anterior, mas, sem sombra de dúvida, uma das grandes variáveis que os planejadores de empreendimentos turísticos não devem ocultar é a inserção das comunidades locais nesses empreendimentos. Procuramos, nesta pesquisa, entender como foi o processo de inserção e o manejo destas famílias que moravam naquela localidade.

Em primeiro lugar, é importante enfatizar que, na área de 383 hectares que compreende a área do ecoparque, não residiam moradores. Aquela área pertencia à fazenda Jaqueiral, um espaço que

¹ Esta pesquisa foi realizada entre os meses de abril e junho de 2004. Estes números devem ter um aumento substancial durante a alta temporada do mês de julho, mês que recebe turistas do Brasil inteiro. Para maiores informações acessar www.iesb.org.br.

² A passarela na copa das árvores do Ecoparque de Una é, até hoje, a única desse tipo instalada no Brasil.

ainda não tinha sido devastado, ou seja, permanecia intocado. Por essa razão, resolvemos trabalhar com a vila Jaqueiral, comunidade essa que fica no entorno do parque, aproximadamente 800 metros da sede. Nela vivem cerca de 22 pessoas membros de sete famílias. A economia da vila gira em torno da extração de látex, onde, o que é produzido, é direcionado para uma indústria de beneficiamento da borracha no município de Ilhéus-BA, utilizado para a produção de pneus. O ecoparque do Una tem servido também como uma alternativa para a comercialização dos produtos agrícolas, produzidos nas pequenas propriedades rurais localizadas no seu entorno, como melancia, além de produtos da culinária local como cocadas, coco, entre outros. Pouco a pouco, os agricultores locais vão descobrindo novas oportunidades de negócios, além dos empregos diretos gerados.

O processo de discussão da implantação do parque foi iniciado através de reuniões regulares com a comunidade local. Na ocasião, o IESB procurou informar sobre o que seria modificado no dia-a-dia daquela localidade.

Falaram que tinham comprado 83 Hectares de terra, que iam construir uma passarela, para ver se melhorava a comunidade, PRESERVAR, aí nós achou de acordo que seria bom, porque nós aqui não tinha espaço. Nós tinha uma vida dura, eu parei porque já não tinha mais estrada. Conçertaram a estrada, deu emprego para dois filho meu, para nós foi bom demais.¹

O processo de interação entre a comunidade local e o IESB é de extrema importância dentro do processo participativo no contexto do planejamento ecoturístico: "A participação não mais consiste na recepção passiva dos benefícios da sociedade, mas na intervenção ativa na sua construção, o que é feito através da tomada de decisões e das atividades sociais em todos os níveis", (Bordenave, 1994, p. 20).

Conforme o senhor Tyson Silva, funcionário e morador do entorno, várias pessoas da comunidade trabalharam durante a implantação do ecoparque. Hoje, apenas seis pessoas foram incorporadas no quadro efetivo, receberam capacitação para executarem suas funções, passando pela recepção, serviço de guia e o transporte dos turistas. Possibilitou também à população entender a conservação como uma contribuição às suas perspectivas econômicas.

A grande conquista da comunidade do entorno, sem sombra de dúvida, foi a abertura da estrada e sua manutenção. Tal benfeitoria possibilita o acesso dos moradores e ao escoamento da produção de agricultores locais, que, em grande parte, é para sua subsistência. Existe ainda um veículo que é utilizado em sua primeira instância para o transporte dos visitantes de 06 quilômetros da rodovia até a entrada do ecoparque. Este mesmo veículo foi utilizado para transportar alguns moradores da área até a sede do município de Una.

Os benefícios potenciais de criação de ecoparques como o de Una contribuem para a criação de empregos e para a distribuição de receita das pessoas que vivem próximas a essas áreas, além de promover educação ambiental, aumentando o nível de conscientização sobre a importância da conservação dessas áreas. E, para que haja uma harmonia de ações entre a administração destes parques, é necessária a incorporação, como produto turístico, das várias atividades de subsistência dentro de suas fronteiras (BOO, 2001).

O Ecoparque de Una tornou-se uma referência regional e, mesmo, nacional, como um projeto bem sucedido de ecoturismo. Ainda que não se tenha equacionado a questão do déficit financeiro, conforme exposto pelo IESB em seu relatório de atividades de gestão, o projeto caminha para a auto-sustentabilidade, mantendo critérios rigorosos de visitação com mínimo impacto ambiental e social. O projeto busca cumprir seu papel social influenciando a população local, proprietários de terras, empresários e governantes a proteger a floresta sendo um fator de contribuição do desenvolvimento socioeconômico, incentivando também a criação de novas reservas particulares do patrimônio natural na região.

¹ Comentário do senhor José Landoaldo da Silva, 03/06/2004.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do ecoturismo se mostrou eficaz não somente para o IESB e para a comunidade de Jaqueiral, mas para todos que tenham interesse em proporcionar uma melhoria na qualidade de vida para a população local desde que sejam respeitados os princípios da herança cultural e ambiental destes povos que habitam estas áreas, tendo como espelho esta experiência bem sucedida no ecoparque de Una, Estado da Bahia.

São raros os exemplos de projetos de ecoturismo que aplicam o conceito de sustentabilidade, a princípio, são facilmente idealizados no planejamento inicial, embora, dificilmente aplicados na operacionalização desses projetos. O objetivo do IESB, durante o processo de planejamento e na gestão do ecoparque de Una, demonstrou em parte, consonância com o conceito elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente. Os planejadores e gestores da atividade turística estão se aproximando do conceito teórico de ecoturismo, adotado pelo MMA, para a aplicação na prática, através de procedimentos metodológicos experimentados em algumas localidades do território brasileiro, embora seja difícil sua concretização em curto prazo. É preciso entendermos que a prática do ecoturismo não é a panacéia para os problemas sociais, culturais, ambientais e econômicos, embora tenhamos identificado uma interação efetiva por parte do IESB e a comunidade que vive no entorno do ecoparque, como: incentivo à educação de crianças; sensibilização ambiental e melhoria no escoamento da produção de seus produtos.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**: as possibilidades do planejamento. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.
- BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In. BARRETO, M. TAMANINI, E. **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.
- BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In. LINDBERG, K. HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In. LINDBERG, K. HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: SENAC, 2001.
- DIEGUES, A. C. S. As áreas naturais protegidas, o turismo e as populações tradicionais. In. SERRANO, C. M. T. BRUHNS, H. T. **Viagens à natureza: turismo cultura e meio ambiente**. Campinas: Papirus, 1997.
- FIGUEIREDO, S. J. L. Mecanismos de Participação Popular em Turismo: a experiência de Belém do Pará. In. CORIOLANO, L (org.). **Turismo com Ética**. Fortaleza: UECE, 1998.
- Instituto de Estudos Sócio-Ambientais do Sul da Bahia - IESB. **Ecoparque de Una-BA**. Disponível em: <http://www.iesb.org.br/areas/ecoturismo/ecoparque.htm> Acessado em 16/04/2004.
- PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo**. São Paulo: Senac, 2002.
- MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO – MICT / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – MMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.
- MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.
- WILLIAMS, J. LAWSON, R. **Community issues and resident opinions of tourism**. Annals of Tourism Research, 2001, Vol. 28, n.º 2. pp. 269–290.